



SANEAMENTO BÁSICO

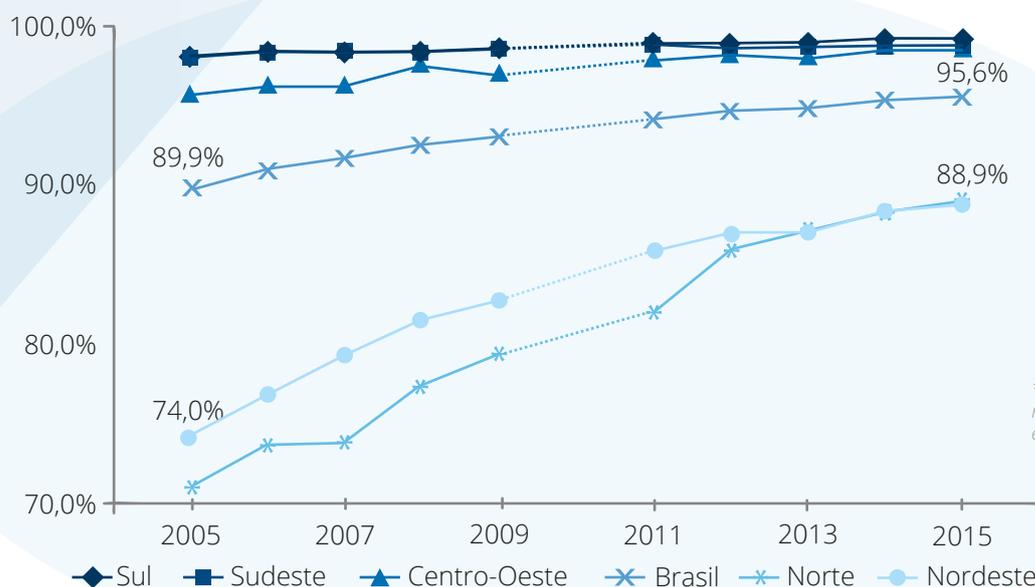
A Lei nº. 11.445/2007 considera o saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição de 1988. Internacionalmente integra um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que devem ser implementados por todos os países do mundo até 2030. É o Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água é medido na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE) como o percentual dos domicílios particulares permanentes com canalização interna e no Censo Demográfico (IBGE) como a porcentagem da população em domicílio com água canalizada para um ou mais cômodos (a água pode ser proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa). Em 2015 o indicador está quase universalizado nas regiões Sul (99,4%), Sudeste (99%) e Centro-oeste (98,6%) do país, porém ainda apresenta um desafio para o Norte (89,2%) e o Nordeste (89%).

Domicílios particulares permanentes com canalização interna no Brasil e regiões - 2005-2015

A evolução do percentual de domicílios permanentes com canalização interna mostra uma clara diferença inter-regional. Apesar da evolução que o indicador apresentou na década*, passando de 74% para 89% na região, ainda apresenta uma diferença de mais de cinco pontos percentuais em relação à média do país (95,6% em 2015).

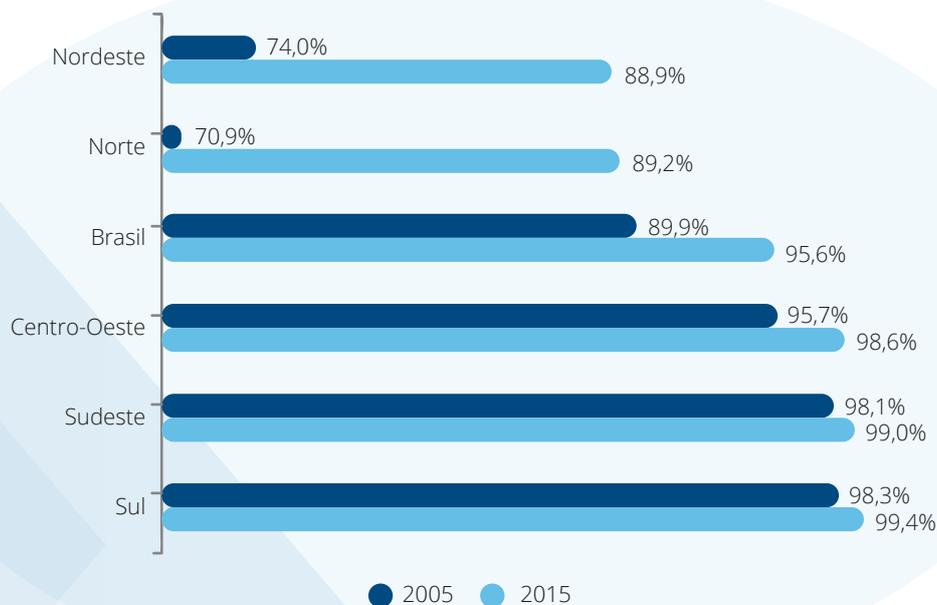


*a PNAD não é aplicada nos anos em que o Censo é aplicado (2010).

IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005-2009 e 2011-2015. SUDENE/DPLAN/CGEP/2016.

Domicílios particulares permanentes com canalização interna no Brasil e regiões - 2005 e 2015

O comparativo entre 2005 e 2015 mostra uma clara evolução nas regiões Norte (+26%) e Nordeste (+20%) enquanto o Sul e o Sudeste tiveram variação de cerca de 1% ambas. Este fato é compreensível dado que estas regiões já tinham o indicador praticamente universalizado.



IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005 e 2015. SUDENE/DPLAN/CGEP/2016.

Domicílios particulares permanentes com canalização interna no Brasil e estados do NE - 2005 e 2015

No Nordeste, todos os estados se encontram abaixo da média nacional no indicador de água encanada, sendo o Rio Grande do Norte o com maior índice (93%) e o Maranhão com o menor (78,4%). O Maranhão merece destaque. Mesmo tendo a maior variação no período (+43%), o estado ainda está muito longe da média nacional (95,6%) e mesmo do estado com o segundo menor índice, Alagoas (88%), com uma diferença de quase dez pontos percentuais em 2015.



IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005 e 2015. SUDENE/DPLAN/CGEP/2016.

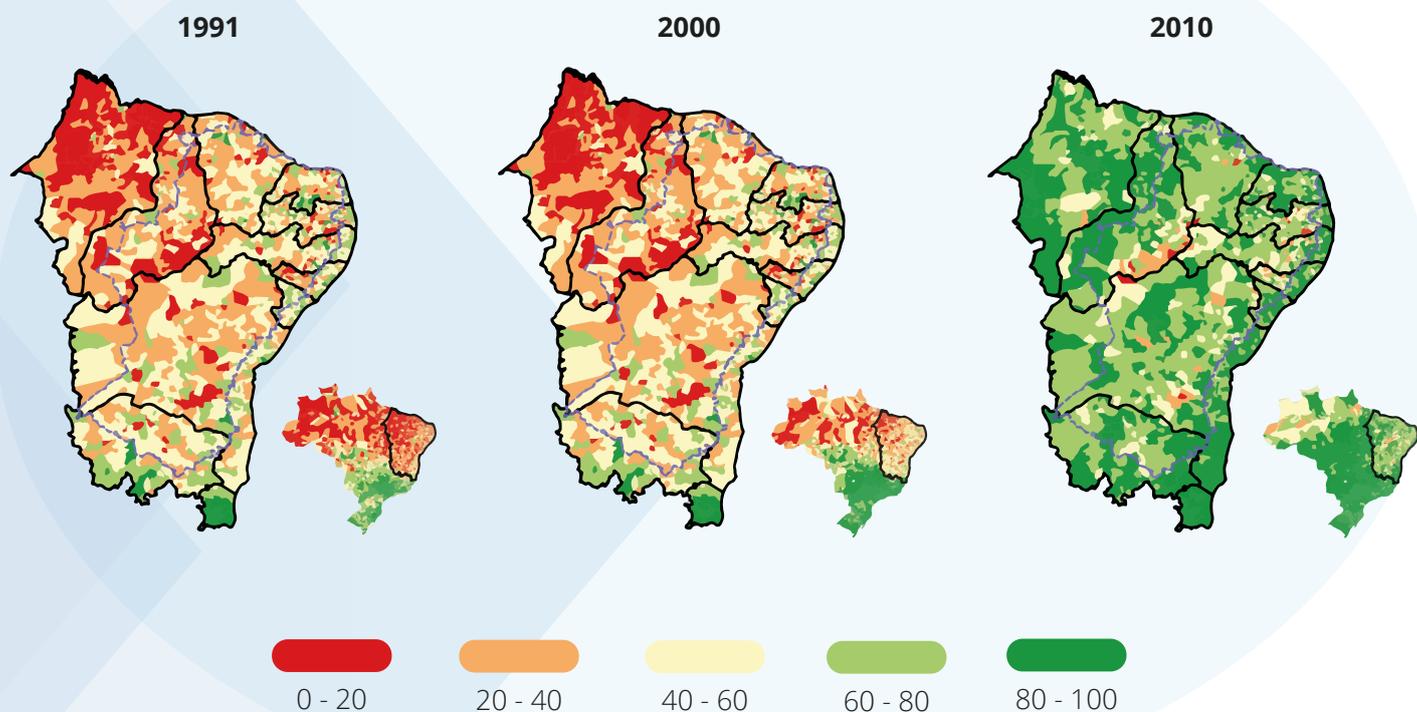
Água encanada - Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010

Os dados apresentados em mapas são da porcentagem da população em domicílio com água encanada nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Entre os três mapas é possível observar a evolução dos municípios de todo o país, com exceção de alguns municípios no extremo Norte. A região de atuação da Sudene obteve uma melhora significativa em seus índices. Se em 1991 estava vermelho em sua quase completude, em 2010 a maioria dos municípios está entre o verde claro e o escuro, à exceção de alguns municípios no semiárido (indicado no mapa pelo tracejado roxo), sendo possível observar alguns pontos principalmente nos estados do Piauí e da Paraíba.

Porém, mesmo com a melhora, ainda é possível observar a diferença entre as regiões Norte e Nordeste e o restante do país em 2010 (mapa menor à direita).

Água Encanada (%)



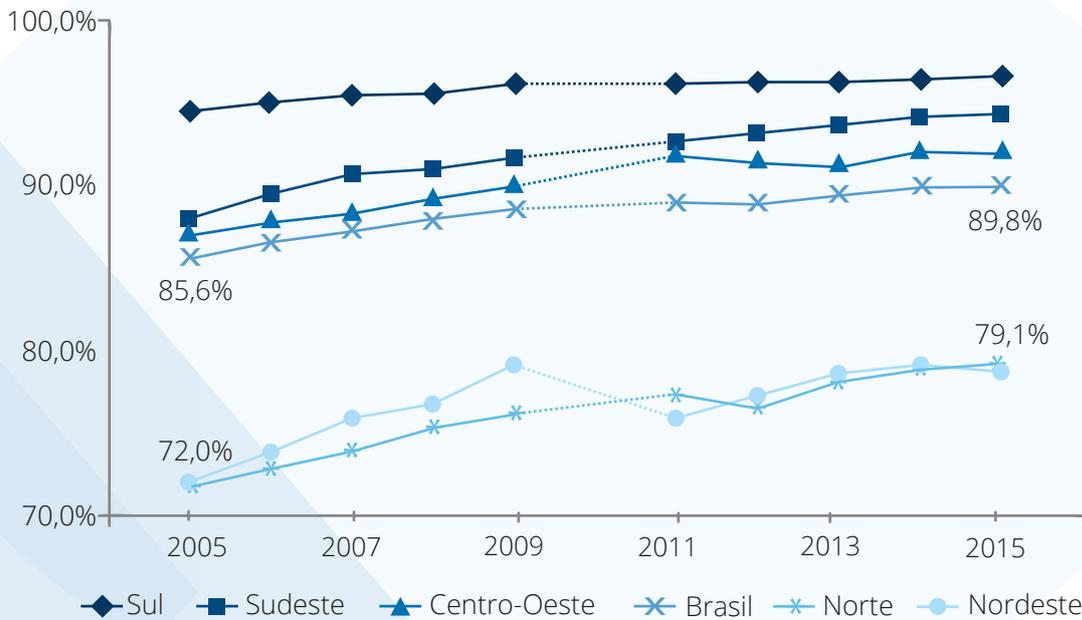
IBGE - Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.
SUDENE/DPLAN/CGEP/2016.

COLETA DE LIXO

O indicador de coleta de lixo considera domicílios em que o lixo é coletado direta ou indiretamente. Estão incluídas as situações em que a coleta é realizada diretamente por empresa pública e privada, ou o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito fora do domicílio, para posterior coleta pela prestadora de serviço. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes localizados em área urbana.

Destino do lixo: coletado direta ou indiretamente no Brasil e regiões - 2005-2015

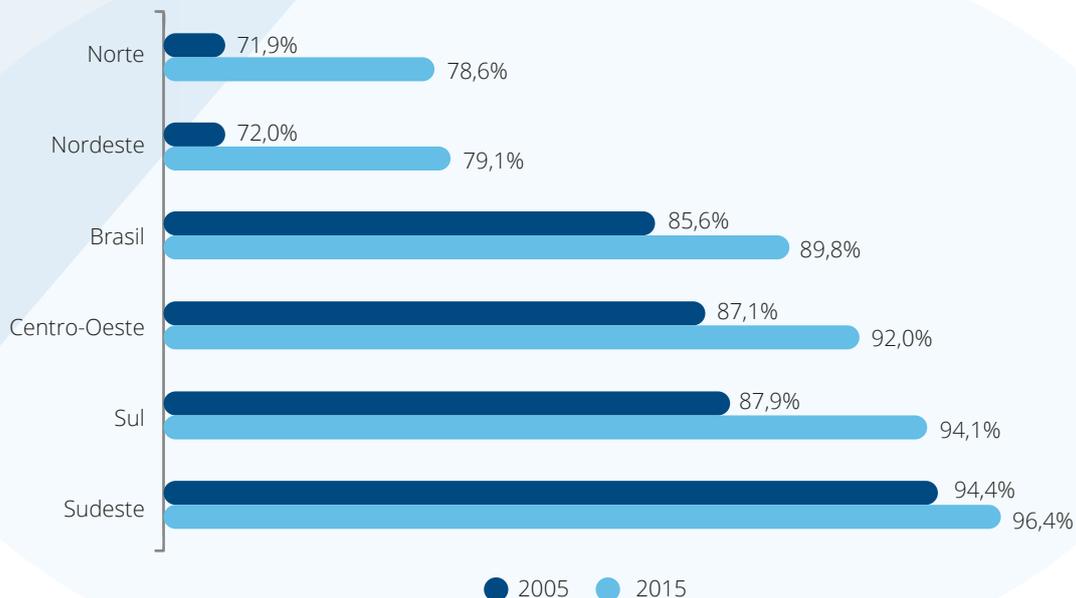
O indicador de coleta de lixo para a década de 2005 a 2015 mostra uma clara diferença inter-regional. As regiões Norte e Nordeste se mantêm, durante todo o período, muito abaixo das demais regiões e da média do Brasil. Mesmo em 2015 o Nordeste está dez pontos percentuais abaixo da média do país.



IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005-2009 e 2011-2015. SUDENE/DPLAN/CGEP/2016.

Destino do lixo: coletado direta ou indiretamente no Brasil e regiões - 2005 e 2015

Analisando a variação do período 2005-2015, entre as regiões vê-se que o Nordeste teve a maior evolução do indicador (10%). O Brasil teve um aumento de 5%.



IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005 e 2015. SUDENE/DPLAN/CGEP/2016.

Destino do lixo: coletado direta ou indiretamente no Brasil e estados do NE - 2005 e 2015

Entre os estados do Nordeste a maior variação da década é observada no Piauí (+35%). Ainda assim, o estado está mais de vinte pontos percentuais abaixo da média do Brasil para o indicador. Novamente todos os estados estão abaixo da média nacional e mais uma vez faz-se um destaque para o Maranhão.

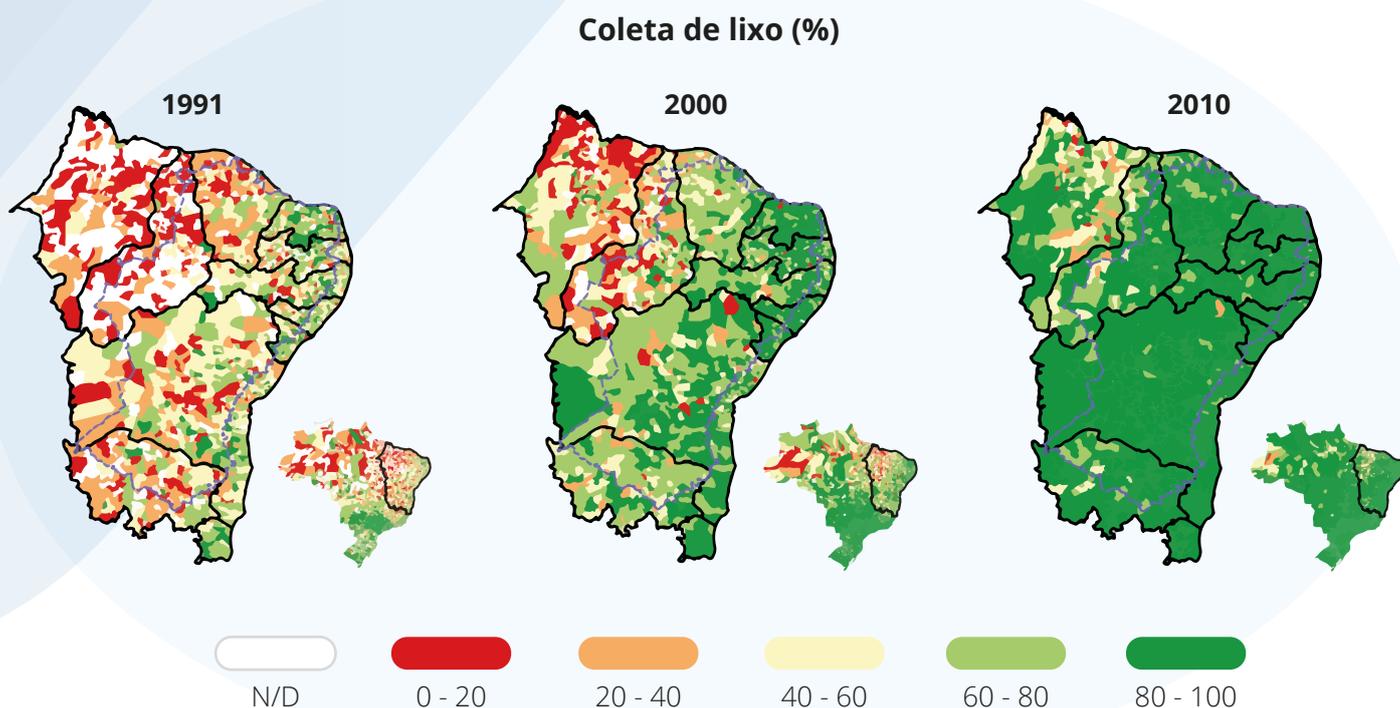
No período 2005 a 2015, o estado teve uma leve piora no índice de coleta de lixo (59,6% para 59,5%) e em 2015 está mais de trinta pontos percentuais distante da média nacional.



IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005 e 2015. SUDENE/DPLAN/CGEP/2016.

Coleta de lixo - Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010

Os dados dos Censos Demográficos são analisados em formato de mapas com o recorte municipal e mostram a porcentagem da população em domicílios com coleta de lixo. São apresentados os censos de 1991, 2000 e 2010. Municípios em branco são os que não apresentam dados disponíveis para o ano.



IBGE - Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010. SUDENE/DPLAN/CGEP/2016.

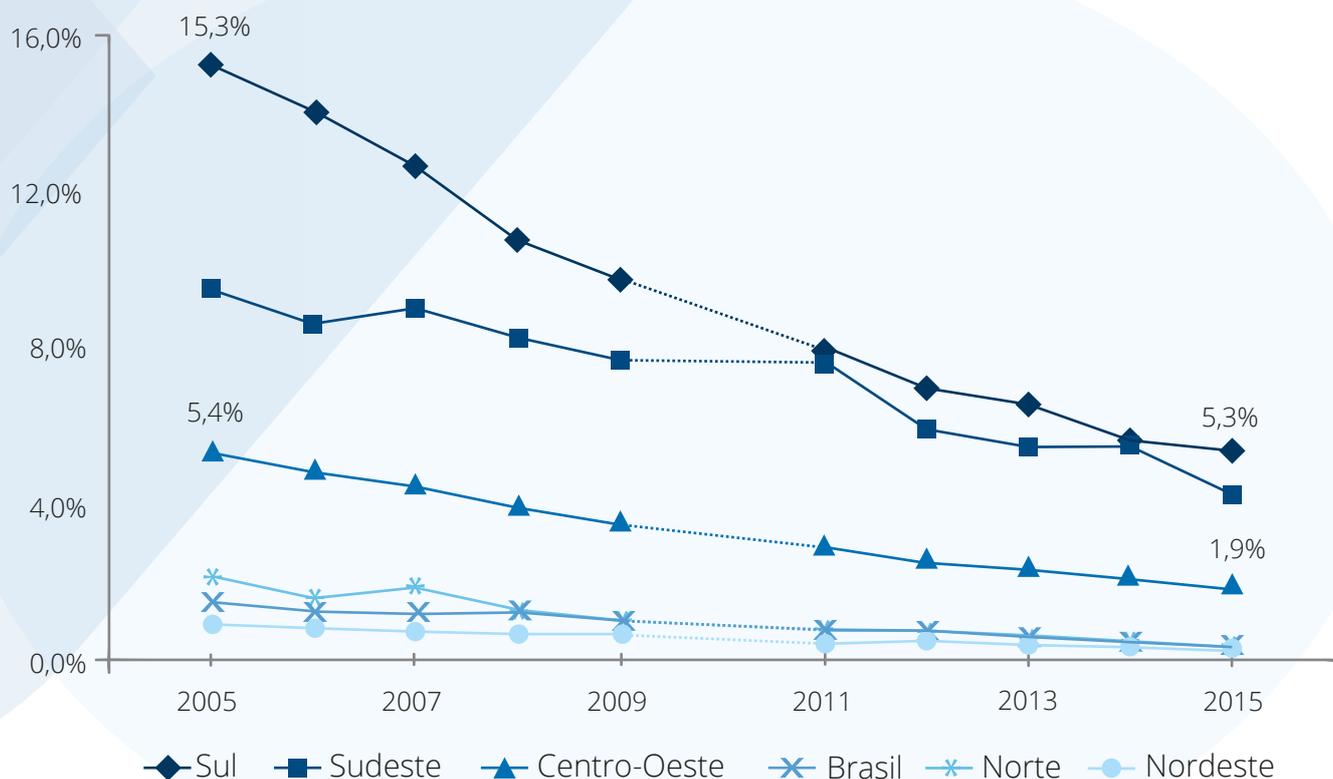
A evolução de todo o país é visível, à medida que é possível observar que em 2010 quase todo o território nacional está em tons de verde (o que significa alto percentual de domicílios com coleta, direta ou indireta, de lixo). As regiões Norte e Nordeste, em 1991 e 2000 se destacam por apresentar muitos municípios em tons de laranja e vermelho. Porém, em 2010, a maior parte do território da área de atuação da Sudene tem municípios com altos índices, inclusive no semiárido. Novamente, o destaque negativo é o estado do Maranhão, com muitos municípios com baixos índices de coleta de lixo. Também é possível observar municípios nesta situação no Piauí e norte de Minas Gerais.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Neste indicador, por simplicidade, optou-se pelo percentual de domicílios sem esgotamento sanitário. São considerados domicílios com esgotamento sanitário aqueles com presença de fossa séptica, ligada ou não à rede coletora, fossa rudimentar ou outro tipo de esgotamento.

Domicílios particulares permanentes sem esgotamento sanitário no Brasil e regiões - 2005-2015

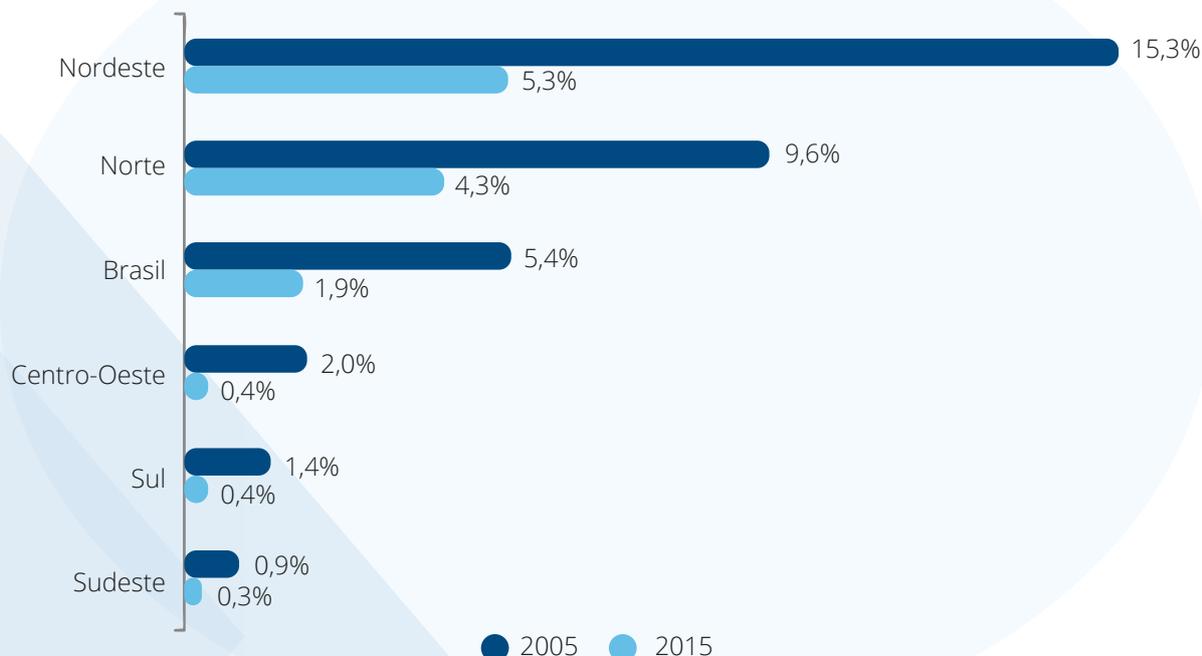
Os dados da PNAD do percentual de domicílios particulares permanentes sem esgotamento sanitário de 2005 a 2015 mostram uma queda no índice para todas as regiões, mas ainda uma forte diferença inter-regional. É possível observar que as regiões Norte e Nordeste em todo o período estão muito acima das outras. Em 2005 o índice para o Nordeste representava três vezes a média nacional. A diferença tem diminuído com o tempo, mas se mantém. O Nordeste teve uma diminuição de -65% do índice na década, passando de 15,3% para 5,3% dos domicílios sem esgotamento sanitário em 2015, mas ainda assim representa mais que o dobro da média nacional (1,9%).



IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005-2009 e 2011-2015.

Domicílios particulares permanentes sem esgotamento sanitário no Brasil e regiões - 2005-2015

Diferente dos indicadores de abastecimento de água e coleta de lixo - em que a variação na década foi maior no Norte e no Nordeste - para o esgotamento sanitário a evolução na década foi menor para as regiões Norte e Nordeste, que tiveram uma diminuição de -56% (de 9,6% para 4,3%) e -65% (de 15% para 5%), respectivamente. Em comparação, o Centro-Oeste apresentou -82%.



IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005 e 2015. SUDENE/DPLAN/CGEP/2016.

Domicílios particulares permanentes sem esgotamento sanitário no Brasil e estados do NE - 2005-2015

Todos os estados do Nordeste - à exceção do Rio Grande do Norte - têm percentual de domicílios sem esgotamento sanitário maior que a média nacional em 2015. Os casos que merecem maior atenção são os estados do Maranhão e do Piauí. No Maranhão, o índice é mais de oito vezes a média nacional (16,5% e 1,9%, respectivamente) e no Piauí mais de seis vezes (12,4%). Mesmo em comparação aos demais estados da região estes dois se destacam.



IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005 e 2015. SUDENE/DPLAN/CGEP/2016.

DESAFIOS

Como foi possível observar ao longo deste boletim, a universalização do saneamento básico ainda é um desafio para a região Nordeste. Possibilitar o acesso ao abastecimento de água potável, à coleta de lixo e ao esgotamento sanitário adequados deve ser uma das prioridades da política pública, dado o impacto das condições de higiene sobre a saúde e o desenvolvimento humano.

Merece maior destaque o Maranhão, que entre todos os estados do Nordeste apresentou os piores índices nos três indicadores. Ser o mais desprovido dentro da região mais deficiente em saneamento básico representa um grande desafio a ser superado.



ODNE



Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Marcelo José Almeida das Neves

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Alexandre Henrique de Gusmão Gonçalves

Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação

Frederico Augusto de Araújo Cavalcanti

Coordenação de Estudos, Pesquisas, Tecnologia e Inovação

Albertina de Souza Leão Pereira

Equipe Técnica

Marina Rogério de Melo Barbosa (**Economista Responsável**)

Ludmilla de Oliveira Calado (**Geógrafa**)

Robson José Alves Brandão (**Geógrafo**)

Estagiários

Antônio Padilha (**Geografia**)

Gabriel Fernando Candido da Silva (**Economia**)

Natália Asada (**Geografia**)

Editoração - Assessoria de Comunicação Social

Agnelo Câmara de Mesquita Júnior

Camila Maria de Lima Araújo (**Estagiária**)